



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 1ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

Local: Sala de Reunião da SEPLAN/PCR – 5ª andar

Data: 17 de Agosto de 2017

Horário: 09h20 às 12h25

PAUTA:

- ✓ Instalação da Câmara de Patrimônio Histórico e Cultural;
- ✓ Outros informes.

Participantes da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: Lorena Veloso, Fernando de Alcântara, Cezar Augusto e Sandra Nunes.
- ✓ Dos Conselheiros representando o Empresariado: Eduardo Cavalcanti (ABIH).
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Noé Sérgio (IAB/PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Leonardo Cisneiros (DU) e Salvelina Mendonça (MNU).
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Jane Toscano (Poder Público), Carlos Alberto (Poder Público), Larissa Rodrigues (Poder Público), Marcus Ferraz (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), Marília Dantas (Poder Público), Sandro Guedes (ADEMI) e Giancarlo Costa (MLRT).

Resumo da reunião:

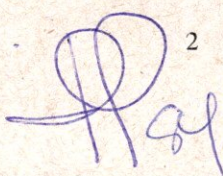
- ✓ A instalação da Câmara foi realizada no dia Nacional do Patrimônio Histórico.
- ✓ Fernando Alcântara (Poder Público) fez as honras da abertura da Câmara de Patrimônio e sugeriu que se elegeisse a coordenação. Indicou o nome de Lorena Veloso (Poder Público) para ser a nova coordenadora e com todos os presentes a favor da indicação, a reunião foi iniciada.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) agradeceu a indicação e informou que a DPPC possui um vasto conteúdo para realizar diversas reuniões. Remeteu a Lei do uso do solo de 1996 e informou que este é um momento crucial para realizar alterações e acréscimos necessários, para que possam emplacar algumas questões do Plano. Aproveitou o momento para apresentar a nova logo na DPPC e antes de iniciar a apresentação, ressaltou a história do órgão, que existia desde 1984, com o nome de DPSH.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) apresentou a linha do tempo da preservação no Recife, datada de 1923, com a Proposta da inspetoria dos monumentos históricos do Brasil até a previsão para o Recife 500 anos (2037).

1

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 1ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

- ✓ Noé Sergio (IAB/PE) ressaltou que a Lei para o uso e ocupação do solo de 1983 traz a lógica da integração na Cidade, pois, preservação e planejamento não seguiam a mesma linha à época. Enfatizou a questão da revitalização do Bairro do Recife, onde o escritório era in loco e os técnicos ficavam na região, podendo realizar uma análise mais aprimorada do trabalho.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) lembrou que a DPPC fica em um centro histórico (Pátio de São Pedro).
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) enfatizou a disponibilidade da equipe da DPPC, que através de reuniões com proprietários de imóveis, se dispuseram a realizar os projetos relacionados ao patrimônio histórico, porém, não obtiveram sucesso com moradores.
- ✓ Giancarlo Costa (MLRT) ressaltou que nem sempre o proprietário tem condições de realizar uma reforma adequada e lembrou a burocracia que acompanha o processo de preservação e reforma. Ainda, questionou se o poder público tem noção de qual o valor da dívida que os donos dos imóveis possuem.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) enfatizou que a intenção maior é desburocratizar o processo e apesar disso, ainda encontravam entraves que impediam a melhoria do trabalho. Informou ainda, que tem ciência do valor da dívida dos donos de imóveis. Ressaltou a importância de terem o setor jurídico trabalhando em conjunto com a DPPC.
- ✓ Marília Dantas (Poder Público) ressaltou a dificuldade de desburocratizar os processos e da implementação de políticas públicas.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) reforçou a questão de pertencimento do trabalho.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) retomou a apresentação, falando da criação das ZEPHs, informou que atualmente existem 33 na Cidade do Recife, onde 31 foram criadas em 1979. Ressaltou que existem algumas que conseguem preservar o ambiente de entorno do edifício. Apresentou os IEPs classificados pela Lei 16.284/1997 e os classificados após 1997. Mostrou um mapa da cidade do Recife com o mapeamento dos IEPs.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) enfatizou a quantidade das ZEPHs na parte central e histórica do Recife. Ressaltou o trabalho feito anteriormente pelos arquitetos, identificando os imóveis para preservação quando ainda não eram protegidos pela lei. Falou da dificuldade de ter registro de imóveis, onde, inúmeras vezes, não podem acompanhar as mudanças internas dos locais.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) informou que não podem informar as áreas de interesse em preservação.
- ✓ Fernando de Alcântara (Poder Público) ressaltou que a visão de patrimônio deve ser compartilhada com a sociedade.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) ressaltou que a Lei do IEP começou a ser pensada em 94, mas em 89 houve classificação de 41 imóveis isolados no bairro de Casa Forte. Informou que a Lei de 83 já tinha ampliado os coeficientes construtivos e lembrou vários grupos se formaram em Casa Forte para protestarem, incluindo até a igreja católica, contra a construção de prédios com 17 pavimentos à época. Esses protestos conseguiram que houvesse uma alteração do coeficiente na área. A partir de 1994 o DPSH começou a ampliar essa preservação para outros bairros. Falou da criação em 1996 da Lei de uso de Solo, que trouxe a criação do IEP, vinda para conciliar, já que a Lei de 1996 aumentou os níveis potenciais construtivos na cidade, servindo de estímulo para o mercado imobiliário que estava em baixa na época. Informou que cada edifício era construído em uma área de valor e as pessoas queriam morar no local. Ressaltou que tentaram conciliar novas

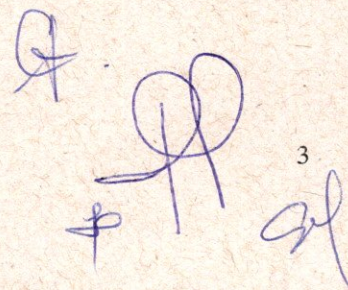
  2

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 1ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

construções com a preservação dos imóveis. Falou que foram catalogados 354 imóveis, que foram definidos de acordo com itens específicos e três imóveis foram classificados sem pontuação, apenas pelo valor simbólico (Biblioteca popular de Casa Amarela e a de Afogados e o monumento à Virgem Nossa Senhora da Conceição). Ressaltou que muitos pedidos para que alguns imóveis fossem transformados em IEPs foram derrubados na Câmara dos Vereadores.

- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) lembrou que o prédio do Hospital Luís Inácio não conseguiu ser classificado como IEP. Ressaltou que em 20 anos houve uma mudança radical no modo de vida em relação ao centro da cidade e devemos nos adaptar às mudanças que ocorrem rapidamente em Recife. Não crê que o erro seja apenas com relação à verticalização e sim, com o que ocorre no solo, na integração com a cidade. Ressaltou a dificuldade em conversar com alguns moradores dos imóveis de preservação mesmo com toda disponibilidade da equipe em fazer uma sensibilização.
- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) citou a fala de Larissa Rodrigues (Poder Público), dizendo que são as pessoas que decidem onde querem morar. Enfatizou que elas geralmente procuram os bairros no qual se identificam e que o mercado imobiliário segue a essência. Lembrou que já existiram fracassos financeiros por tentar desbravar áreas que não eram de interesse da população.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) ressaltou que no momento que se verticaliza um bairro, há migração de pessoas para morar lá no local por saber que aquele bairro era valorizado por algum motivo.
- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) falou que não existe uma política de compensação e que no mercado imobiliário existe o reflexo da sociedade. Reforçou que constroem onde as pessoas querem.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) disse que o mercado não atua com risco.
- ✓ Sandro Guedes (ADEMI) reforçou ninguém atua com risco e que um bem só é conservado quando tem uma utilidade. Ponderou que o poder público poderia investir o dinheiro em outros pontos como saúde, segurança e que só se preserve pelo uso. Ressaltou que se existirem mecanismos para dar uso ao patrimônio histórico, ele será preservado sem que o poder público precise investir dinheiro nele. Lembrou do Quartel da Caxangá que foi derrubado, informou que pertencia a uma pessoa que demoliu o imóvel quando soube que o local seria tombado, por receio de saber o que ocorreria no local. Lembrou que a pessoa realizou permuta com uma construtora que construiu 500 apartamentos no local, tendo 100 apartamentos dados para ele. Mesmo assim, o ex-proprietário ainda possui um trauma relacionado ao assunto.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) lembrou que a visão de patrimônio vem sendo atualizada há muito tempo e reforçou a ideia de acabar essa visão de congelamento. Falou que o morador poderia ter procurado o poder público para saber o que pode ser feito no local, sem precisar de pânico.
- ✓ Fernando de Alcântara (Poder Público) reforçou a ideia de levar a sociedade para apropriação do assunto.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) crê que o mercado imobiliário poderia promover uma grande mitigação.
- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) ressaltou que o mercado imobiliário deve ter cuidado para não degradar a própria área de interesse, afastando a população assim que a área fica deteriorada pelo mau uso. Como ocorrem em diversas praias.

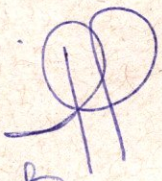


3

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 1ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

- ✓ Giancarlo Costa (MLRT) acha importante a iniciativa da DPPC e gostaria de saber se o dono do imóvel fica isento do IPTU, caso possua um imóvel de patrimônio histórico. E quais as providências que o jurídico da Prefeitura da Cidade do Recife toma em relação a isto.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) retomou a apresentação, tratando dos questionamentos acerca dos IEPs como: Natureza das alterações, natureza das atividades desenvolvidas, da questão da ambiência e adequação aos novos conceitos de patrimônio. Ressaltou que o uso habitacional gera dinâmica urbana. Lembrou que a dinâmica que o prédio gera para a cidade é diferente do que geram as residências. Que os IEPs são um retrato da evolução da cidade e quando surgem alterações, ocasionam distorções nas áreas. Tratou dos questionamentos acerca de ZEPHs como a falta de controle em relação ao uso dos imóveis, com exceção da ZEPH-05. Falou das dificuldades de acompanhamento e fiscalização e das dificuldades de regularização de imóveis descaracterizados. Continuou falando da falta de incentivos para os proprietários, dos baixos níveis de conservação, da desconsideração dos aspectos imateriais associados aos lugares preservados, do planejamento dos espaços públicos, da integração com as diferentes instituições que atuam nos conjuntos, das necessidades de revisão e ampliação de polígonos e das relações da ZEPH x ZEIS. Ressaltou que em locais como a Holanda, há incentivo para preservação dos imóveis. Reforçou que um imóvel que foi descaracterizado não pode perder o título de patrimônio, que deve-se trabalhar uma forma de trazê-lo de volta para sua caracterização original. Identificou que as categorias atuais de ZEPHs não atendem às necessidades de uma série de conjuntos para a memória do cidadão recifense como vilas operárias, por exemplo. Tratou da evolução dos conceitos de Patrimônio, onde falou do Decreto-Lei nº 25/1937 e da Constituição de 1988. Informou que no âmbito da DPPC, o patrimônio inclui todos os atributos que resultam na interação entre pessoas e os lugares. Falou das manifestações culturais da ZEPH-10. Mostrou alteração nos usos da ZEPH-10, falando da redução da população, da redução dos níveis de preservação, do empobrecimento da população que permanece e dos baixos níveis de habitabilidade. Fez uma comparação ao uso da década de 80, ao uso no ano de 2015. Mostrou o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural que busca celebrar os 40 anos do PPSH, em 2019. Tratou do objetivo geral (criação de uma política municipal de preservação do patrimônio cultural) e dos específicos (Patrimônio Material, imaterial, educação patrimonial, aspectos normativos, acervo e controle da preservação). Mostrou dados que serão levantados para as 33 ZEPHs, informando que os dados levantados permitem aprofundar o conhecimento da cidade e embasar a proposição de políticas públicas com maior propriedade.
- ✓ Noé Sérgio (IAB/PE) Se preocupa com a questão da centralidade.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) informou que a DPPC estará acompanhando o trabalho. Retomou a apresentação, falando do Plano de Preservação do patrimônio Cultural, tratando do patrimônio imaterial, o qual compreende também a ativação de uma cadeia sustentável de políticas culturais, as quais integrem os bens a serem salvaguardados com os agentes culturais. Explanou sobre a educação patrimonial, que contemplou 2500 estudantes do 1º ao 5º ano, que chegará a 130 escolas e posteriormente, os COMPAZ participarão do processo. Falou as Ausculta populares e oficinas integrativas e da formação com 453 professores com alcance multiplicador de aproximadamente 11.300 estudantes.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 1ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) ressaltou a importância do trabalho com os estudantes em relação à questão de pertencimento da área onde moram/estudam. Ainda, que os estudantes podem repassar aos seus familiares a importância da preservação dos imóveis.
- ✓ Cezar Augusto (Poder Público) ponderou a questão da preservação dos casarões localizados nas áreas edificadas, falou do controle da preservação e sobre a ZEPH-10 e acha que seria interessante que se pensasse não só na proteção do edifício isolado, mas na da quadra toda.
- ✓ Marília Dantas (Poder Público) apresentou as questões normativas, tratou do diagnóstico da legislação. Explanou sobre as potencialidades x fragilidades. Falou sobre a estrutura jurídica, da possibilidade de análise do uso em IEP, da análise dos incentivos previstos, dos critérios de classificação dos IEPs, da revisão das penalidades e infrações previstas, das possibilidades de compensação ambiental e informou que em 38 anos, apenas R\$5000,00 por ano foram revertidos para o patrimônio em ações de compensação.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) falou do acervo da DPPC, sobre a democratização da informação e das ações a serem desenvolvidas. Informou que posteriormente, haverá catalogação do acervo e disponibilização. Discorreu sobre o controle da preservação, onde trouxe o dado que de 380 imóveis situados no SPR-4 da ZEPH-10, em 2015, quase 55% estavam descaracterizados. Que a situação de irregularidade desses imóveis os mantém na margem da economia formal, não recolhendo impostos com ITBI. Informou que a criação de diretrizes pode permitir sua legalização, trazendo-os de volta a economia formal. Mostrou as articulações para o Plano de Preservação com diversos setores da sociedade como secretarias da Prefeitura do Recife e instituições de ensino, dentre outros. Marília Dantas (Poder Público) falou que há um estudo para incentivo de isenção na ZEPH-09.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) informou que a DPPC não possui poder de polícia, que é o fiscal da SEMOC que atende à denúncia de descaracterização do imóvel.
- ✓ Giancarlo Costa (MLRT) informou que há um projeto de Lei que a Guarda Municipal terá poder de polícia.
- ✓ Leonardo Cisneiros (DU) ressaltou a importância da Câmara em abrir espaço para contribuição dos conselheiros, abrindo formas colaborativas entre a população e o corpo técnico da Prefeitura do Recife. Que se deve pensar na estrutura do projeto de Lei possível, da regulamentação das ZEPH e IEP.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) ressaltou que foi uma decisão acatada pelo Prefeito Geraldo Julio e que não estão pretendendo fazer trabalho com empresas de consultorias a priori, mas que necessitam de estrutura adequada para realizar o trabalho. Que embora tenha tido uma melhoria ainda é necessário um pouco mais para o fortalecimento da DPPC como órgão.
- ✓ Marília Dantas (Poder Público) acha importante a contribuição da sociedade neste momento, embora recebam mais exposição negativa do que contribuições. Ressaltou a importância de verificar uma linha tênue entre o jurídico e o técnico. Reforçou que precisam da contribuição, mas de forma saudável.
- ✓ Noé Sérgio (IAB/PE) informou a satisfação com o que foi apresentado e reforçou que as Câmaras Técnicas estão trazendo a questão da contribuição da sociedade para o debate. Acha interessante a incorporação de um trabalho em conjunto com as universidades e seus estudantes.



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

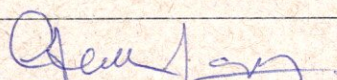
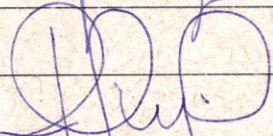
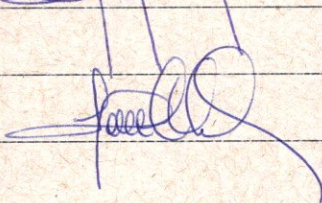
Ata da 1ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) acha interessante a parceria com os alunos, porém, ressalta que é interessante que se trabalhe o compromisso com os estudantes para evitar o retrabalho ou a falta de compromisso.
- ✓ Sandra Nunes (Poder Público) parabenizou o trabalho da equipe, lembrou trabalhos e pesquisas anteriores que ela participou e enfatizou a dificuldade de articulação interna no poder público.
- ✓ Salvelina Mendonça (MNU) crê que as mulheres negras ainda são invisíveis para sociedade, embora tenha havido um leve avanço. Acha que devemos chamar a sociedade para participar desses espaços e informou que sempre que participa de discussões como esta, distribui conhecimento na localidade onde reside.
- ✓ Larissa Rodrigues (Poder Público) ressaltou que dentre o levantamento que realizou, foi constatado que cerca de 70% dos moradores que residem nos bairros de São José e da Boa Vista, tem renda baixa, tendo mulheres como líderes das residências.
- ✓ Giancarlo Costa (MLRT) parabenizou a equipe pelo trabalho, informou que é difícil acompanhar todas as reuniões, pois acompanha oito comunidades e geralmente trabalha externo. Gostaria de saber como será a comunicação feita com a comunidade, já que possui interesse em saber como as pessoas procurarão as informações, caso necessitem. Reforçou a importância dos cidadãos reconhecerem a importância do patrimônio e que devemos minimizar os conflitos e ampliar o diálogo.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) informou que infelizmente muitas pessoas ainda desconhecem o trabalho da DPPC.

Encaminhamentos:

- ✓ Próxima reunião será no dia 04 de setembro onde serão definidas a agenda e pautas;
- ✓ Seminário nos dias 20 e 21 sobre o Patrimônio Histórico Cultural.

Conselheiros presentes:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
César Augusto (Poder Público)	
Eduardo Cavalcanti (ABIH)	
Fernando de Alcântara (Poder Público)	
Leonardo Cisneiros (DU)	
Lorena Veloso (Poder Público)	
Noé Sérgio (IAB/PE)	
Salvelina Mendonça (MNU)	
Sandra Nunes (Poder Público)	